

Índice

I	11
II	39
III	63
Apêndices	93

Estas reflexões foram suscitadas pelos acontecimentos e debates dos últimos anos, considerados na perspectiva de um século xx que veio a ser, como predissera Lenine, um século de guerras e de revoluções, e, por conseguinte, um século dessa violência geralmente tida por seu denominador comum. Há, todavia, outro fator na situação atual que, embora ninguém o tenha previsto, se revela de pelo menos igual importância. O desenvolvimento técnico dos instrumentos da violência atingiu hoje um ponto tal, que nenhum objetivo político pode concebivelmente corresponder ao seu potencial de destruição ou justificar a sua utilização efetiva num conflito armado. Portanto, a guerra — desde tempos imemoriais, o implacável árbitro em última instância das disputas internacionais — perdeu grande parte da sua eficácia e quase toda a sua sedução. A partida de xadrez “apocalíptica” entre as superpotências, isto é, entre as que se movem no plano superior da nossa civilização, é jogada segundo a regra: “se algum dos dois ‘ganha’, é o fim de ambos”¹ — trata-se de um jogo que não conserva qualquer semelhança com os jogos de guerra que o precederam. O seu objetivo “racional” é a dissuasão, não a vitória, e a corrida aos armamentos, que já não é uma preparação para a guerra, só pode ser justificada pelo argumento de que a melhor garantia da paz é

1 Harvey Wheeler, “The Strategic Calculators”, in Nigel Calder, *Unless Peace Comes*, Nova Iorque, 1968, p. 109.

cada vez mais dissuasão. Quanto à interrogação sobre como poderemos alguma vez arrancar-nos à evidente insensatez desta situação, é uma pergunta sem resposta.

Uma vez que a violência — ao contrário do poder, da força, ou da potência — tem sempre necessidade de *instrumentos* (como Engels assinalou há longa data²), a revolução tecnológica, enquanto revolução da produção de instrumentos, teve especiais consequências sobre a guerra. A substância própria da ação violenta é governada pela categoria meios-fins, cuja aplicação aos assuntos humanos teve sempre como principal consequência pôr o fim em perigo de ser obliterado pelos meios que justifica e que são necessários à sua consecução. Uma vez que o fim da ação humana, na medida em que se distingue do fim dos produtos fabricados, não pode ser nunca seguramente antecipado, os meios utilizados em vista de objetivos políticos são na maior parte dos casos mais importantes para o mundo futuro do que os objetivos visados.

Além disso, como os resultados da ação dos homens escapam ao controlo dos atores, a violência comporta em si mesma um elemento adicional de arbitrariedade; em nenhum outro lugar, a Fortuna, a boa ou a má sorte, desempenha um papel tão decisivo nos assuntos humanos como o que assume no campo de batalha, e esta intervenção do absolutamente inesperado não desaparece quando se passa a chamar-lhe “efeito do acaso” e a considerá-la cientificamente suspeita; do mesmo modo, não pode também ser eliminada por simulações, cenários, teorias dos jogos, etc. Trata-se de um campo onde não há certeza — e não há cálculo que possa garantir sequer a certeza da destruição mútua em certas circunstâncias. O próprio facto de aqueles que estão empenhados no aperfeiçoamento dos meios de destruição terem acabado por alcançar um nível de desenvolvimento técnico que faz com que o seu propósito — ou seja, a própria guerra — tenda finalmente a desaparecer devido aos meios à sua disposição³ vem como que

2 *Herrn Eugen Dührings Umwälzung der Wissenschaft* (1878), II Parte, cap. 3.

3 Como assinala o general André Beaufre em “Battlefields of the 1980s”: só “nessas partes do mundo que não estão cobertas pela dissuasão nuclear” a guerra é ainda pos-

recordar-nos ironicamente essa imprevisibilidade generalizada com que deparamos à medida que nos aproximamos do reino da violência. A razão principal por que a guerra continua entre nós não é um desejo secreto de morte da espécie humana, nem um instinto de agressão irreprimível, nem, por fim e mais plausivelmente, os sérios perigos de ordem económica e social que o desarmamento implica⁴, mas o simples facto de ainda não ter aparecido na cena política alguma coisa que a substitua no papel de árbitro em última instância das questões internacionais. Não acertaria Hobbes ao dizer: “Os pactos, sem a espada, não são mais do que palavras”?

Não é provável que um substituto apareça enquanto se continuarem a identificar a independência nacional — ou seja, a liberdade perante um governo exterior — e a soberania do Estado — ou seja, a reivindicação de um poder ilimitado e sem freio nos assuntos exteriores (os Estados Unidos da América são um dos poucos países nos quais é pelo menos teoricamente possível separar adequadamente a liberdade e a soberania, na medida em que essa separação não ameaçaria as bases sobre as quais se funda a República Americana. Segundo a Constituição, os tratados com o estrangeiro são parte integrante da lei da terra, e — como o juiz James Wilson fazia notar em 1793 — “para a Constituição dos Estados Unidos o termo soberania é totalmente desconhecido”. Mas a época desta clara e ativa separação da linguagem tradicio-

sível, e até mesmo essa “guerra convencional”, apesar dos seus horrores, é de facto, já hoje, limitada pela ameaça sempre presente de uma escalada que desemboque na guerra nuclear (*in Calder, op. cit.*, p. 3).

4 O *Report from Iron Mountain*, Nova Iorque, 1967, na sua sátira do modo de pensar da Rand Corporation e de outros laboratórios de ideias (*think tanks*), aproxima-se provavelmente mais da realidade, graças ao seu “tímido relance para lá da fronteira da paz”, do que a maior parte dos estudos “sérios”. A sua tese principal, afirmando que a guerra é tão essencial ao funcionamento da nossa sociedade que não nos atreveremos a aboli-la a menos que descubramos outras maneiras ainda mais mortíferas de lidar com os nossos problemas, só chocará os que esqueceram a que ponto a crise do desemprego resultante da Grande Depressão só pôde ser resolvida pelo rebentar da Segunda Guerra Mundial, ou aqueles que têm por conveniente subestimar ou ignorar a presente extensão do desemprego latente que se manifesta sob as diversas formas que assume a presença de trabalhadores supranumerários num grande número de empresas.